

DOSSIÊ:

“Cultura, Cidades e Sociedade: crise política e resistências”

Editora Convidada: Maria Alice Costa

APRESENTAÇÃO:

Este Dossiê Especial “Cultura, Cidades e Sociedade: crise política e resistências” tem o intuito de provocar a reflexão sobre os 30 anos da Promulgação da Constituição de 1988, que coincide com um cenário de grave crise institucional, ética, política e econômica no Brasil. Temos as cidades como pilar de reflexão, na medida em que são nelas que podemos visualizar os campos de forças, de relações de poder e de resistência que vêm sendo travadas em meio aos recentes retrocessos democráticos, eliminando e/ou minando direitos conquistados, ao longo desses 30 anos.

As cidades nos proporcionam um conjunto de intuições e uma série de elementos de contraste que se revelam preciosos para a compreensão da atual crise, que vem se impondo como incontornável, caso não vislumbrarmos processos de resistência em suas variadas concepções. Portanto, este Dossiê está envolvido no aprofundamento de análises e reflexões sobre a relação entre as cidades, o *ser humano e urbano*. Cada artigo apresenta um resultado intelectual e epistemológico sobre ações e intervenções coletivas em determinados espaços, que se dão de maneira dinâmica e polimórfica.

As cidades são, por excelência, lugares de grande intensidade relacional. Elas são a expressão de criação e, lugar onde encontramos dinâmicas inesperadas e interconectadas, *de* e *entre* diversos e diferentes atores sociais, muitas vezes de

forma ambígua e ambivalente. Desta forma, este Dossiê é dividido em três ATOS. Poderíamos dividi-lo em seções, em partes ou, até mesmo não separar os artigos. A intenção da divisão em ATOS tem como objetivo articular os artigos como manifestações de resistência no teatro da vida, a partir de marcações de temas e cenas interconectadas por ato e potência, na medida em que todos carregam em si, uma existência real e uma capacidade de ideias de realizar a potência do ser, do poder vir a ser, próprio da dinâmica da existência social e do pensamento crítico.

O Primeiro Ato (“**Arte e Resistência**”) é constituído de três artigos. O primeiro artigo se desenvolve a partir de uma expressividade poética, com uma linguagem inovadora e quase sinestésica, onde a forma e o conteúdo possuem recursos “sonoros” e rítmicos. Com criatividade linguística, nos provoca um prazer estético, que desloca a estrutura narrativa convencional científica, para expressar e impactar o leitor na relação entre arte, cultura e resistência. Além disso, abrir o Dossiê com este artigo, representa uma tentativa de visibilizar e desconstruir as fronteiras sul-americanas, erigidas historicamente pelo centro europeu, a partir das entranhas do seu processo de colonização, com uma experiência contada sobre uma cidade do México. Desta forma, esse artigo tem forte importância para este Dossiê, na medida em que nós, brasileiras e brasileiros - em particular do mundo acadêmico - estivemos sempre voltados a olhar para a Europa,



como se fosse o nosso Norte/norteador. Portanto, mirar o México sinaliza que o Sul existe e, que o Sul aprende entre si. Desta forma, o artigo “Centro Alaken: uma experiência de arte, democracia e cidadania em Reynosa, México”, da autora Andrea Copeliovitch, nos mostra uma alternativa em uma pequena cidade da periferia do México, similar a outras periferias do Sul do sistema-mundo capitalista. Neste lugar, a cultura, a arte e o teatro se amalgamam em ações de resistência, com a possibilidade de buscarmos no outro, o que existe em mim, em nós.

O artigo seguinte, de autoria de Maria Alice Costa e Naiara Coelho, intitulado “O A(R)TIVISMO Feminista: intersecções entre arte, política e feminismo” apresenta o *artivismo* como uma das formas que a arte-política possui para refundar padrões artísticos. Em particular, realiza uma crítica às representações imagéticas e simbólicas construídas, majoritariamente, pelo universo masculino sobre as mulheres. Propõe articular arte e feminismo, reivindicando o reconhecimento das mulheres, por meio de expressões artísticas de resistências e de luta pelo fim das diversas e inúmeras formas de estigmas e opressões, as quais mulheres ainda estão submetidas. O terceiro Artigo “Prisão e Literatura: uma narrativa entre a constituição democrática e o estado de coisas inconstitucional”, dos autores Ricardo Ferraz Braidá Lopes e Fernando Henrique Cardoso Neves, é escrito de maneira brilhante, em que convergem a linguagem de estilo literário com a do rigor científico, sobre a relação entre o estudo da literatura do cárcere e a existência trágica do sistema punitivo prisional. Desta forma, o artigo apresenta a tensão entre a vida carcerária e os dispositivos institucionais jurídicos e penais existentes, que deflagram a deterioração perversa do sistema prisional brasileiro.

O Segundo Ato deste Dossiê (“A Cultura e o Ser Urbano”) apresenta, a partir de quatro artigos, as veias, as teias e as tramas do modelo de política e de reforma urbana desenvolvidas no Brasil contemporâneo. A metamorfose das metrópoles tem se materializado, no espírito capitalista financeiro do século XXI, como cidades-mercadorias. Neste cenário, o *ser urbano* precisa se transformar em *ser consumidor* de repertórios e narrativas de portfólios de controle sobre a pluralidade cultural associados ao – planejado - esgarçamento dos laços e elos comunitários. O primeiro artigo intitulado “A Política Urbana Brasileira: o ideário crítico da reforma urbana introduzido na Constituição de 1988”, de Elson Manuel Pereira, o autor elabora uma robusta trajetória histórica e crítica do planejamento urbano nacional, nesses 30 anos da Constituição brasileira, nos mostrando os avanços e retrocessos no *modus operandi* de construção e gestão das políticas públicas ligadas às cidades. O segundo artigo de autoria de Clarice de Assis Libânio, “Os Papéis da Cultura nas Metrópoles Contemporâneas”, analisa como ações e projetos socioculturais podem se transformar em potentes formas de resistência e emancipação das populações periféricas, a despeito do cenário atual da predominância de um modelo hegemônico de metrópole desigual, hierárquica e excludente dos direitos de cidadania.

O artigo seguinte, intitulado “As Múltiplas Dimensões da Crise Urbana e as Restrições à Presença Espacial de Agentes Culturais na Cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso da ‘Pedra do Sal’”, dos autores João Pereira Domingues; Kyoma Oliveira; e, Bianca Rodrigues Toledo, partem do princípio que a cidade é produto da criação cultural, expresso em sua morfologia e no seu circuito discursivo e dos fluxos intensos de trocas entre



agentes sociais e culturais. Analisam – de maneira profunda - as entranhas de uma experiência cultural da cena urbana carioca: a “Roda de Samba da Pedra do Sal”, como uma manifestação cultural afrodescendente. Investigam o capital agregador do samba neste espaço – Pedra do Sal - e a resistência dos agentes culturais desta manifestação cultural, frente ao enfrentamento da tentativa de controle do modelo de cidade neoliberal mercantilizada, que se manifesta pela intervenção de políticas de controle e de reordenamento espacial. O artigo possui uma análise crítica sobre a hegemonia do capitalismo financeiro nos espaços públicos, seja por meio da tentativa de adestramento cultural e/ou através de diversas formas de violência material e simbólica. O último artigo do Segundo Ato, “Arte e esporte previnem o crime? - As políticas de segurança em Uberlândia/MG”, o autor Marcio Bonesso retrata como as expressões artísticas e culturais populares e genuínas de uma periferia mineira, tais como o rap, o funk carioca, o axé *music*, o sertanejo, o pagode, a dança de rua, o forró, os ternos de congos, os grupos de folias de reis, dentre outras manifestações de arte, que estão sendo inviabilizadas e/ou colocadas em conflito com o desenvolvimento e a intervenção de políticas municipais de segurança pública.

O Terceiro e, último, Ato deste Dossiê não é o menos importante. Ao contrário! Trata-se de explicitar a importância da educação, do meio ambiente e da saúde como pilares e os alicerces de uma nação; e, são, na plenitude de seus termos, direitos humanos fundamentais e inalienáveis a todos os seres deste planeta. Portanto, o Estado brasileiro não pode ser indiferente frente às históricas violações e da inalienabilidade da educação, da saúde e do meio ambiente, sob pena de configurar-se um inadmissível retrocesso social e normativo, diante de

nossa atual Constituição. A despeito da nossa insuportável desigualdade social - que se expressa entre aqueles que possuem mais renda e pagam menos impostos; e, dos que ganham menos e pagam mais, gerando a nossa uma terrível concentração de renda -, o Estado somos todos nós: contribuintes, cidadãs e cidadãos. A partir da solidariedade compulsória, pagamos tributos (que nos é imposto) para que o Brasil possa ter a sua dignidade da vida humana e social garantidas. Portanto, Educação e Saúde não são gratuitas, não são *grátis*, não advém de nenhuma *graça* divina. Nós pagamos por elas!

No primeiro artigo deste Terceiro Ato (**“Brado Retumbante do Meio Ambiente, da Saúde e da Educação”**), intitulado “A Universidade como Território de Defesa de Direitos Socioambientais: o caso do Morro do Gragoatá, Niterói”, de Louise Land Lomardo; Janie Garcia da Silva; e, Lúcia Maria Pereira Bravo, as autoras apresentam uma experiência da luta acadêmica e ambiental pela garantia de propriedade e de uso do solo do Morro do Gragoatá (Niterói), pela Universidade Federal Fluminense. Este território é considerado Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, que vive sob disputa e em conflito entre interesses públicos (coletivos, educacionais e científicos) e os interesses privatistas da expansão imobiliária. O segundo artigo deste Terceiro Ato, nos fala sobre a Educação em Direitos Humanos como estratégia emancipatória. As autoras Maria Geralda Miranda; Fernanda Baldanza; Katia Avelar; e, Reis Friede, no artigo intitulado “Estratégia Educacional para o Desenvolvimento como Liberdade: A Educação em Direitos Humanos” abordam a importância da Educação em Direitos Humanos como ferramenta para que cidadãs e cidadãos possam se *empoderar* para participarem ativamente do processo democrático; e, influenciar políticas



públicas que reconheçam, assegurem ou restabeçam os direitos humanos. Segundo os autores, a Educação em Direitos Humanos pode vir a possibilitar uma verdadeira pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada junto com a comunidade e não para ela; na luta incessante de nossa experiência humana coletiva.

No último artigo deste Terceiro Ato, os autores José Eduardo Pereira Filho; João Carlos Oliveira de Bragança; e, June Maria Rothstein, colocam a saúde no palco, a partir do artigo “Ameaças aos Direitos Constitucionais da Saúde Pública Brasileira: o caso do município do Rio de Janeiro entre 2005 – 2016”. Questionam as experiências sinuosas de privatização da saúde, tendo como exemplo, a quem vem sendo realizada no município do Rio de Janeiro. O foco principal do estudo consiste na discussão em torno do financiamento federal para a saúde, que caminha – de acordo com os autores - junto com os constrangimentos orçamentários de origem estrutural. Segundo os autores, a saúde carioca está ineficiente devido às condições desfavoráveis ligadas à inserção histórica subalterna do Brasil em relação ao mercado internacional que, atualmente, vem favorecendo inclinações políticas e ideológicas de caráter privatista e mercadológico, desafiando a ordem democrática estabelecida, principalmente, aquela de caráter redistributivo da saúde pública brasileira.

Em suma, encontramos nos artigos deste Dossiê e, por meio de seus autores, as ações e as tensões políticas que estamos vivenciando, na nossa recente Democracia. Encontramos, em suas reflexões e análises, uma extensa produção de sentidos de dor, tristeza, indignação, denúncia, de luta e de resistência sobre temas que envolvem a política urbana, a saúde, a educação, a justiça, o meio ambiente, a arte, o teatro, a

literatura, a música e a produção cultural. Cada suspiro e sopro intelectual está entremeado pelo pensamento do ser e do estar no mundo, no Brasil e na cidade; ligados por tecidos sociais, dimensões e processos culturais de múltiplas complexidades. Podemos observar, em cada artigo, espaços e lugares pulsantes vividos por diferentes atores sociais. Os autores deste Dossiê procuram contribuir para a descolonização do saber, apresentando e valorizando uma diversidade de experiências que vêm resistindo e lutando contra as formas de dominação e opressão que têm sido operadas de maneira multifacetada, em nossas cidades brasileiras.

Desejo uma excelente leitura!

Maria Alice Costa
Editora do Dossiê, agosto de 2018.